

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.102 - MA (2019/0137194-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : CLAUDOMI CARDOSO DOS SANTOS
ADVOGADO : CARLOS ANDRÉ MORAIS ANCHIETA - MA006274
RECORRIDO : CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE (CONSORCIO)
ADVOGADO : ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO - SC012049

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DANO AMBIENTAL. AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. CONHECIMENTO DO DANO E DE SEUS EFEITOS. APLICAÇÃO DA TEORIA DA *ACTIO NATA*. PRECEDENTE. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Claudomi Cardoso dos Santos, com fulcro no art. 105, III, *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, assim ementado (e-STJ, fl. 620):

AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS MORAIS E MATERIAIS EM RAZÃO DE DANOS AMBIENTAIS. SENTENÇA QUE RECONHECEU PRESCRIÇÃO. CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA. DEMANDA DE NATUREZA INDIVIDUAL E PATRIMONIAL. SUJEIÇÃO A PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. ART. 206, § 3º, V, CC/02. DIES A QUO. ENCHIMENTO DO LAGO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Embora sejam imprescritíveis as ações coletivas para a tutela do meio ambiente - que englobam os chamados direitos difusos -, as demandas indenizatórias ajuizadas com vistas à reparação de interesses de cunho individual e patrimonial devem sujeitar-se ao prazo prescricional trienal previsto no art. 206, § 3º, V, do CC/02. Precedentes.
2. O termo inicial da prescrição, na hipótese de pretensão reparatória de danos ocasionados pela construção de usina hidrelétrica, é o represamento das águas. Precedente do STJ.
3. In casu, como o enchimento do lago da Hidrelétrica de Estreito deu-se em dezembro de 2010, transcorrido está o lapso prescricional trienal, haja vista que a demanda somente foi ajuizada em 24/06/2016.
4. Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o insurgente aponta divergência

jurisprudencial quanto à interpretação do art. 206, § 3º, V, do CC.

Sustenta, em síntese, que o prazo prescricional não é deflagrado a partir do enchimento do reservatório, mas somente quando o titular do direito subjetivo violado conhece o fato e a extensão de suas consequências (diminuição/extinção do pescado no rio Tocantins).

Contra-arrazoados o feito (e-STJ, fls. 729-761), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fl. 766), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

Acerca da questão jurídica objeto da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem no sentido de que o termo inicial da pretensão indenizatória relativa à instalação de usina hidrelétrica ocorreria a partir do enchimento do reservatório (e-STJ, fls. 625-626).

Contudo, esta Corte Superior possui entendimento dominante no sentido de que o termo inicial da pretensão indenizatória tem início a partir da ciência inequívoca dos efeitos decorrentes do ato lesivo, nos termos do princípio da *actio nata*.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ACÓRDÃO EMBARGADO DA 2.ª TURMA. PARADIGMAS DAS PRIMEIRA E QUINTA TURMAS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ART. 1.º DO DECRETO N.º 20.910/32. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. QUESTÃO CONTROVERTIDA: TERMO INICIAL. ATO SUPOSTAMENTE ILÍCITO QUE REPERCUTE NA ESFERA JURÍDICA DO INTERESSADO. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONHECIDOS, MAS REJEITADOS. PREJUDICADA A ANÁLISE DO ALEGADO DISSÍDIO EM FACE DO PARADIGMA DA PRIMEIRA TURMA.

1. Com acerto, decidiu o acórdão embargado que "O direito de pedir indenização, pelo clássico princípio da *actio nata*, surge quando constatada a lesão e suas consequências, fato que desencadeia a relação de causalidade e leva ao dever de indenizar."

2. De fato, a partir do ato da Administração que pretensamente repercute na esfera jurídica do administrado é que surge para o interessado o direito de buscar em juízo tanto a declaração de ilicitude do ato quanto a reparação de eventual dano dele decorrente. Precedentes citados: AgRg no Ag 1362677/PR, PRIMEIRA TURMA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 07/12/2011; e REsp 1213662/AC, SEGUNDA TURMA, Rel. Ministro

MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 03/02/2011.

(...)

4. Embargos de divergência conhecidos, mas rejeitados. Prejudicada a análise do alegado dissídio em face do paradigma remanescente. (EResp 1176344/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/11/2012, DJe 28/11/2012).

Portanto, deve-se determinar o retorno dos autos para que o Tribunal de origem analise novamente a prescrição, tendo como termo inicial a data em que ficou constatada a lesão e os seus efeitos.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que ali seja reanalisada a questão da prescrição em conformidade com o entendimento jurisprudencial desta Corte acima declinado.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator